

### África do Sul: Proteger a Esperança

Álvaro de Vasconcelos

Quando Nelson Mandela, depois de sair da prisão, iniciou com De Klerk o processo de transição exemplar que pôs termo ao apartheid, nasceu a esperança fundada de que a África – e nomeadamente a austral -- tinha encontrado o futuro. As eleições democráticas na África do Sul, em Abril de 1994, reforçaram essa esperança. Como presidente, Mandela em nada a fez esmorecer.

O milagre era, afinal, possível: a África do Sul podia sair sem banhos de sangue de um dos regimes mais injustos da terra, que negava os mais elementares direitos à esmagadora maioria em nome de um monstruoso conceito de pretensa superioridade racial dos brancos. Todos quantos conheceram o apartheid sabem que aí convergiam todas as condições para alimentar o ódio e o desejo de vingança. Admiraram-se, e sobretudo admiraram a tolerância de Mandela, a tenacidade com que o novo governo iniciou a construção de uma sociedade democrática, multicultural e multirracial.

O impacto do êxito da transição num país com a dimensão e a capacidade económica, científica e tecnológica da República da África do Sul não podia deixar de ser significativo, como se comprovou em Moçambique, que saiu da guerra civil e iniciou um processo de transição democrática.

É evidente que para a experiência sul-africana ser de facto o motor do "renascimento africano" a que alude o sucessor de Mandela, o processo democrático tem de consolidar-se plenamente. A África precisa de um grande sucesso endógeno para sair da crise grave em que séculos de colonialismo e o despotismo das últimas décadas a mergulhou. Mas o actual governo de Thabo Mbeki tem mostrado não estar à altura da herança de Mandela em duas questões centrais da problemática africana -- a protecção das minorias e a luta contra a sida. Não será com a atitude que actualmente predomina em relação às vítimas da violência quando estas pertencem a minorias que Mbeki dará cumprimento ao seu próprio voto de "rasgar as cortinas" e construir "um país que pertence verdadeiramente a todos os que nele vivem".

As vítimas de origem portuguesa da criminalidade na África do Sul não são, evidentemente, diferentes dos muitos outros milhares de vítimas de outras origens culturais ou étnicas. O que é grave na actual situação sul africana não é só a incapacidade do Estado para proteger os seus cidadãos; é a falta de clareza política do discurso sobre as vítimas, independentemente do grupo a que pertençam. Pode compreender-se que os actuais dirigentes do ANC discordem das posições políticas de uma parte da comunidade portuguesa na África do Sul, mas essa seria mais uma razão sólida para se indignarem com os crimes de que os comerciantes portugueses são vítimas e darem prioridade à sua protecção. Mandela protegeu, no fim do apartheid, a comunidade de origem holandesa, apesar dos crimes monstruosos dos dirigentes do apartheid e do apoio político que a maioria do boers lhes deu.

A África não pode continuar a viver da quimera de que da Europa ou da América virá apoio decisivo para o seu renascimento. Dos 35 países com mais baixos índices de desenvolvimento humano, 28 são africanos. E na África subsahariana vivem 25 dos 36 milhões de pessoas portadoras do vírus da sida. Não é uma digressão

mediática como a de Colin Powell ou mesmo a mais substancial cooperação europeia para o desenvolvimento que irá substituir-se às responsabilidades dos dirigentes e elites africanos. A esperança da África está na capacidade de consolidar os regimes democráticos e experiências multiculturais como a sul-africana. Da África não vêm apenas as trágicas notícias que chegam de Angola, do Sudão ou do Congo. Atente-se por exemplo nas transformações que estão a ter lugar na Nigéria com a eleição do presidente Obasanjo e não se esqueçam os sucessos da democracia em África, como no Senegal, Botsuana, Maurícias ou Cabo Verde.

Como diz Edem Kodjo, respondendo aos que consideram que a democracia não se coaduna com a África, os povos, qualquer que seja a sua história, têm um certo número de direitos que devem ser respeitados. O poder não pode continuar a emanar dos "pais da nação" oniscientes e onipotentes. É necessário dar o poder aos cidadãos.